

Pergunte ao Bispo!

Nas últimas semanas, percorrendo o centro e os bairros de Suzano, tenho aprendido um bocado de coisas. Tenho me deparado com problemas municipais complexos e simples, mas a questão central é o que tenho chamado de “déficit de informação”. Falta vontade de partilhar a informação e um desinteresse do poder público em informar a população.

Acesso à informação não é um favor, mas um direito garantido pela Constituição Federal.

Percebo um esforço do poder público municipal em criar dificuldades para vender facilidades. Os exemplos de ausência de informação e das dificuldades criadas são as mais diversas: desde os procedimentos para abertura de empresa, ausência de placas com nome de ruas até telefones para reclamar da coleta do lixo ou desrespeito ocorrido no posto de saúde.

Um projeto democrático deve romper com essa situação autoritária e comprometer-se com a construção de instrumentos que facilitem o atendimento e permitam o diálogo.

Para prestação de serviços e respeito ao cidadão é possível fazer uma Praça de Atendimento, como o poupa-tempo. Trata-se de um projeto que independe da tendência ideológica do governante.

No campo da política, podem-se criar plenárias populares para prestação de contas, instituir o Orçamento Cidadão, fortalecer os conselhos municipais, democratizar a escolha dos conselheiros, criar a Casa dos Conselhos, apoiar aos Fóruns Temáticos, dentre outros.

Em Suzano, além da ausência dos referidos instrumento, os governantes fazem com se fazia no passado: no caso de dúvida, pergunte ao bispo!

Esqueceram-se que vivemos num Estado laico e democrático: o povo tem direito à informação e o governante o dever de informar.

Eduardo de Lima Caldas, economista, administrador público e fundador do CEPPS.